

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico tem como tema a Educação Inclusiva, que é uma realidade adotada nas escolas regulares mundialmente. A grande questão norteadora desse trabalho é: “Que práticas deverão ser adotadas pela rede regular de ensino, para o bom atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais”? Para entender esse tema é importante trazer o conceito de educação/escola inclusiva, aluno com necessidades educacionais especiais (NEE) e o conceito de escola.

Educação inclusiva é uma educação oferecida para todos, sem distinção e não seletiva, tendo como principal objetivo incluir pessoas com necessidade educacionais especiais nas escolas regulares, sendo que a mesma tem que se adequar as necessidades de seus alunos e não o contrário. Então uma escola inclusiva é uma escola que faz mudanças necessárias para receber todo tipo de aluno tendo ele deficiência ou não. É uma escola heterogênea e, deve atender de maneira adequada as particularidades de cada aluno.

A Declaração de Salamanca dá a seguinte definição sobre escolas inclusivas:

“... devem acomodar todas as crianças independente de suas condições físicas, intelectuais, emocionais, lingüísticas, ou outras. Isto deveria incluir crianças comprometidas e talentosas ou deficientes, meninas, crianças trabalhadoras e de rua, crianças de áreas remotas, viajantes ou população nômade, crianças que perderam seus pais por AIDS ou em guerra civil, crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem e marginalizados.(BRASIL, 1994, p.41).

Neste estudo ao tratarmos de educação inclusiva estamos nos referindo ao processo de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais na rede comum de ensino em todos os seus graus.

Segundo Carvalho (2004) escolas inclusivas são escolas para todos, pois é um sistema educacional que reconhece e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer dos alunos. E não apenas pessoas com deficiência seriam ajudadas e sim todos os alunos que, por inúmeras causas, endógenas ou exógenas, temporárias ou permanentes, apresentem dificuldades de aprendizagem ou no desenvolvimento.

Logo o conceito de escola inclusiva diz respeito a oportunidade iguais tanto educativa como sociais para que todos os alunos, sem exceção tenha o direito de ser incluído no mesmo sistema de ensino. (MARTIN, JÁUREGUI, LÓPEZ 2004).

De acordo com Mantoan (2001), a inclusão é um motivo para a escola modernizar suas práticas, e os professores renovarem suas práticas, tornando a inclusão escolar de pessoas com deficiência um processo natural de atualizações e reestruturação das condições atuais do ensino.

SÁNCHEZ (2005, p.10) diz que:

“..., a educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e como um meio de assegurar que os alunos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular.”

O conceito necessidades educacionais especiais, tem uma ligação com a dificuldade de aprendizagem de determinados alunos, devido algumas limitações físicas, cognitivas, etc.

CORREIA (1999) refere-se ao conceito de necessidades educacionais especiais (NEE), afirmando que ele se aplica a crianças e adolescentes com problemas sensoriais, físicos, intelectuais e emocionais e, também com dificuldades de aprendizagem derivado de fatores orgânicos ou ambientais.

BRENNAN (1990, p.36), ao referir-se ao conceito de NEE, diz que:

Há uma necessidade educacional especial quando um problema (físico, sensorial, intelectual, emocional, social ou qualquer combinação destas problemáticas) afeta a aprendizagem ao ponto de serem necessários acessos especiais ao currículo, ao currículo especial ou modificado, ou a condições de aprendizagem especialmente adaptadas para que o aluno possa receber uma educação apropriada. Tal necessidade ou manifestar-se durante uma fase do desenvolvimento do aluno.

A escola é conceituada como instituição, estabelecimento ou local de ensino para um grupo de pessoas. É uma instituição de ensino formal criada pela sociedade para atender os anseios da mesma, no intuito de transmitir-lhes valores, atitudes e conhecimentos, deve, primordialmente, respeitar a diversidade humana.

O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (Holanda, 2004), descreve a escola como estabelecimento público ou privado onde se ministra, sistematicamente, ensino coletivo.

No dicionário da Língua Pedagógica (FOULQUIÉ, 1971), a escola é em primeiro lugar um local de ensino, a escola não deixa de ser também: um meio de vida para um conjunto de crianças que é necessário tentar constituir em comunidade; um centro de relações entre o corpo docente e os pais; e por fim um organismo de educação permanente.

A abordagem desse tema, educação inclusiva, nesse trabalho monográfico justifica-se pela sua importância e pertinência já que trata-se de um assunto bastante discutido e explorado nos últimos anos; percebe-se que a educação inclusiva é uma realidade nas escolas regulares em todo mundo; a inclusão de alunos com NEE vem sendo implantada com um ritmo bastante acelerado. Por isso é importante compreender o processo de inclusão escolar estudando a eficácia desta ação pedagógica no desenvolvimento de alunos com NEE. Por ser um tema muito amplo optou-se para um melhor aprofundamento em fazer o recorte em um tipo de deficiência: a deficiência física/motora.

Com este trabalho pretende-se contribuir para melhora do processo de inclusão, cuja teoria e a prática da educação inclusiva ainda não são visíveis a todos. Pois incluir não diz respeito apenas a ter presente um aluno com NEE na sala de aula regular, é preciso que todas as pessoas que estejam envolvidas nesse processo tenham um bom conhecimento a respeito do mesmo. Pois é através de um bom conhecimento teórico e prático sobre educação inclusiva, que as redes regulares de ensino poderão oferecer a esse aluno uma educação de qualidade.

Para se tornar uma escola inclusiva é preciso adaptar-se às necessidades educacionais especiais dos seus alunos, através de uma educação de qualidade para todos. A verificação desse processo pode beneficiar os alunos com NEE, os profissionais da educação – que podem através desse trabalho repensar e até mesmo melhorar suas práticas educativas em relação ao atendimento de seus alunos com NEE – a família desses alunos e aquelas pessoas que tem um olhar negativo em relação à inclusão de alunos com deficiência física na rede regular de ensino – esse trabalho pede levar há uma mudança de postura dessas pessoas, passando assim de opositores para colaboradores.

Esse trabalho tem como objetivo geral: compreender as mudanças que deverão ser realizadas na rede regular de ensino, para o atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais com foco na deficiência física. E como objetivos específicos: verificar como deve ser o processo de formação do corpo docente e demais funcionários que atendem os alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino; compreender o que é atendimento educacional especializado; identificar quais recursos de acessibilidade que devem ser implantado na rede regular de ensino, para o atendimento de alunos com deficiência física; entender como se dá a relação entre a escola inclusiva e os familiares de seus alunos com deficiência física.

Os métodos de pesquisa adotados nessa monografia são bibliográficos e documentais, as fontes de coletas de dados são: livros, revistas e artigos científicos e documentos nacionais e internacionais que abordam a proposta de educação especial e educação inclusiva nas classes regulares.

A divisão desse trabalho será de cinco partes:

Introdução onde é feito um apanhado geral de como será desenvolvido o trabalho, é descrito desde alguns conceitos aos métodos de pesquisa utilizados para elaboração desse trabalho monográfico.

Segundo capítulo é abordado o histórico educacional das pessoas com deficiência no mundo e no Brasil, do período pré-científico, época em que não havia explicação científica para a deficiência, logo as pessoas que tinham algum tipo de deficiência eram associadas ao sobrenatural – castigo divino ou possessão demoníaca. Nesse período não havia na sociedade a preocupação em oferecer nenhum atendimento a essas pessoas nem assistencialista tão pouco educacional. Essa abordagem histórica decorre desse período até os dias atuais com o advento da educação inclusiva. Nesse mesmo capítulo são feitas algumas análise de políticas públicas e documentos legais que fundamentaram a educação inclusiva no mundo e no Brasil. Terceiro capítulo é feita uma análise sobre a deficiência física, sobre as terminologias corretas a serem usadas quando nos referimos a alguma pessoa com deficiência, é descrito também alguns conceito e tipos de deficiência física e, um pequeno histórico sobre as primeiras instituições especializadas no atendimento de pessoas com deficiência física e sobre a aceitação dessas pessoas ao decorrer dos anos.

Quarto capítulo é feita uma abordagem sobre a prática da inclusão escolar, detalhando como deve ser os recursos e técnicas para se ter uma escola inclusiva de qualidade e por fim o capítulo da conclusão do trabalho.

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: HISTÓRICO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL E NO MUNDO

Analisando a história das pessoas com deficiência, o que se percebeu é que existiram movimentos extremos de exclusão da sociedade em relação às pessoas com necessidade especiais. Foi um longo caminho percorrido até chegar à proposta de uma educação inclusiva para pessoas com deficiência. A aceitação e institucionalização de pessoas com necessidades educacionais especiais na sociedade é algo aparentemente novo, mas desde da Idade Média se discutia essa aceitação e institucionalização, só que de formas diferenciadas.

No período pré-científico - da Antiguidade a Idade Média - nesse período a deficiência estava ligada ao sobrenatural, a sociedade dessa época atribuía a deficiência a um castigo divino ou possessão demoníaca, logo as pessoas que tinham alguma deficiência eram eliminadas ou abandonadas. Na era pré-cristã as pessoas com deficiência eram abandonadas, perseguidas e eliminadas, e a sociedade aceitava esses atos como normais. Em Esparta, na Antiga Grécia, crianças com deficiência físicas e mentais, eram abandonadas nas montanhas e, em Roma, atiradas nos rios. Ao longo de toda Idade Média, muitas pessoas que tinham diferenças físicas e mentais, eram associadas à imagem do diabo e a atos de feitiçaria e bruxaria, sendo assim vítimas de perseguições, julgamentos e até de morte.

Somente no final da Idade Média quando o cristianismo estava se fortalecendo, a idéia de que todos são filhos de Deus - independente de sua condição física - foi difundida, e a sociedade começou há mudar um pouco a concepção sobre as pessoas com deficiência, a difusão dessa idéia impediu que mais pessoas com deficiência fossem eliminadas. Foi então que surgiram os primeiros espaços para assistência de pessoas com deficiência, eram organizações religiosas que somente davam abrigo as pessoas desprotegidas e doentes, ou seja, pessoas que fugiam dos padrões comuns da sociedade. Como nesse período não havia explicação científica a respeito das pessoas com deficiência, a idéia de sobrenatural, castigo e possessão prevalecia.

No período científico - a partir do século XVIII - dá-se início as chamadas concepções científicas sobre a deficiência. Com a evolução da medicina começa a investigação científica para a descoberta das causas da deficiência nas pessoas,

logo as pessoas com deficiência começaram a ter direito a um tratamento, levando a criação das instituições especializadas, mas ainda não se falava em atendimento educacional.

Correia (1999), afirma que os filósofos Locke e Rosseau trouxeram alterações na forma de olhar para os deficientes, gerando uma verdadeira revolução na teoria e práxis educacional em geral. Mas os deficientes continuaram sem atendimento educacional mais, no entanto ficaram livres do ódio e da intolerância religiosa. Para que a sociedade admitisse a necessidade e possibilidade de se educar os deficientes, muitos anos transcorreram. Alguns movimentos como o do literário e naturalista e a visão humanista pregavam que todos os homens teriam direitos iguais, levando a sociedade a uma mudança de postura admitindo assim a tarefa de educar as pessoas com deficiência.

Segundo Conceição (2006) os trabalhos de Condilac juntamente com os de Locke mostraram que educar deficientes era irrecusável, essa parceria levou a um esboço de uma didática especial para deficientes mentais.

Influenciados por Condilac e Locke, o medico Jean Marc Itard iniciou no começo do século XIX o atendimento educacional aos “débeis” ou “deficientes mentais”. Itard foi um dos pioneiros a sugerir a possibilidade de educar crianças com alguma deficiência.

Mazzotta (2005, p.20) fala a respeito de Itard:

“Reconhecido como a primeira pessoa a usar métodos sistematizados para o ensino de deficientes ou retardados mentais, Itard trabalhou durante cinco anos com Vitor, uma criança de doze anos, menino selvagem capturado na floresta de Aveyron, no sul da França, por volta de 1800.”

Jean Marc Itard enfrentou dura oposição da chamada hegemonia médica, representado pelo médico Pinel, que afirmava não ser possível alterar os quadros de atraso social, intelectual e lingüístico de determinadas pessoas.

Beyer (2005, p.17), diz o seguinte sobre essa hegemonia médica:

O paradigma decorrente de tal hegemonia é denominado de clínico-médico. Realça as categorias clínica ou médicas, em detrimento das pedagógicas. O olhar médico sobre a pessoa com histórico de deficiência e/ou doenças induz à busca pelas causas das mesmas na

esfera individual, ou seja, o estudo etiológico circunscreve-se, na maioria das vezes, aos limites pessoais ou familiares.

Esse modelo médico, e sua influência sobre a educação, prevaleceram no século XIX, e ainda exerce influência atualmente mesmo que pequena.

Posterior a Itard, outros teóricos contribuíram para o avanço do processo de atendimento educacional de pessoas com deficiência, como Edward Seguin – médico e discípulo de Itard -, a educadora Maria Montessori também médica e outros. Mesmo com algumas iniciativas de educar crianças deficientes, não foi o suficiente para criação de instituições educativas para o atendimento dessas crianças. Os métodos criados por Itard, Seguin e Montessori, foram utilizados durante quase todo século XIX, para ensinar pessoas que tinham retardo mental – chamada na época de idiotas.

Somente século XIX, que surgiram às primeiras escolas/ internatos especializados para surdos e cegos, nos Estados Unidos, Canadá e na Europa.

Já no século XX, mas precisamente em seu meado (1960), surgem a idéias de integração escolar para as pessoas com Necessidade Educacionais Especiais (NEE), esse movimento teve origem na Europa e nos países nórdicos. O movimento de Integração deu um passo à frente no sentido de que já se vislumbrava a inserção das pessoas com deficiência nos diversos segmentos sociais, dentro do sistema regular de ensino. No modelo de integração, o aluno é que tinha que se adaptar ao sistema escolar, cabendo ao último somente receber os alunos com deficiência, sem fazer nenhuma modificação. Esse modelo de integração foi muito criticado, surgindo assim uma nova consciência e um novo movimento chamado Inclusão.

Nos Estados Unidos a chamada Educação Inclusiva teve início através da Lei Pública 94.142, de 1975.

O princípio da educação inclusiva só foi adotado na Conferência Mundial sobre as Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade (Salamanca, Espanha, 1994), reafirmada no Fórum Mundial de Educação (Dacar, Senegal, 2000) e apoiada pelas Regras Básicas das Nações Unidas em Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiências.

Apenas no século XX observaram-se políticas voltadas a uma escolarização inclusiva, devida a universal ação de forças e agentes sociais novos, como as classes sociais de luta, os Estados nacionais e seus interesses em promover a

escolarização. Nesse mesmo século aumenta a demanda de matrícula escolar para alunos com necessidades especiais e criam-se as classes especiais e de apoio nas escolas regulares. Começam a surgir as discussões sobre integração/inclusão e aumenta o número de inserções de crianças com deficiência no sistema regular de ensino.

A inclusão historicamente está ligada a movimentos de pais de crianças com deficiência. Esses movimentos aconteceram na Europa e nos Estados Unidos nas décadas de 1950/60, inclusive nos Estados Unidos, pais de alunos com deficiência criaram organizações com objetivo de reivindicar educação para seus filhos e defender o direito de serem educados em escolas normais. Na década de 1990, o movimento de inclusão ganhou um novo impulso com a criação de uma organização internacional, a “Schools are for Everyone” composta por membros de diversos países, essa organização tinha como objetivo promover a inclusão em escala mundial. Hoje inclusão escolar é uma realidade em todo mundo, com melhores resultados em alguns países e com resultados ruins em outros. Para se chegar a uma educação inclusiva plena tem-se, um grande caminho a se percorrer.

2.1 No Brasil

No Brasil o caminho para chegar à inclusão escolar foi bastante longo se comparado aos países que deram origem a inclusão escolar. Por volta do fim do século XVIII, conforme Jannuzzi (2004), “o atendimento de pessoas com deficiência se restringia a dar-lhes alimentação e abrigo nas Santas Casas, e alguns até recebiam instrução juntamente com as crianças ditas normais”.

Segundo Arlete Aparecida (2003), “a fase da negligência ou omissão, que pode ser observada em outros países até o século XVII, no Brasil pode ser estendida até o início da década de 50.” Somente a partir da visão dos direitos humanos e no reconhecimento das diferenças que foi pensado em uma educação especial que tem como característica o atendimento especializado. Foi nos meados do século XIX, então que foram criadas as primeiras instituições especializadas, as escolas especiais e classes especiais. Essas instituições eram de caráter assistencialista, criadas no início da época do Império, as duas primeiras instituições são: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da

Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi. A orientação da parte pedagógica das escolas e da formação de professores, principalmente no início do século XX, foi configurada pela concepção médico-pedagógica, mais centrada nas causas biológicas da deficiência. Essa concepção foi influenciada pelas idéias de Itard, Seguin e Montessori.

Os estudos em educação especial no Brasil deve avanços a partir dos anos de 1990 e intensificou no início do século XXI.

O número de escolas regulares que atendem alunos com deficiência é bastante expressivo, segundo o censo escolar realizado pelo MEC/INEP (BRASIL, 2007), realizados entre os anos de 1998 a 2006, o número de alunos com NEE matriculados na rede regular de ensino teve um total de 700.624 em 2006. Em relação às escolas públicas que atendem alunos com necessidades educacionais especiais, o número de matrículas é maior se comparados a rede particular de ensino. No indicador acessibilidade apenas 12% das escolas de educação básica possuem prédios com acessibilidade. Com relação à formação dos professores os índices são preocupantes, pois na formação inicial somente 3,2% possuem o ensino fundamental, 51% têm o ensino médio e 45,7% o ensino superior, no ano de 1998. Em 2006, o total de professores era de 54.625, sendo que 0,62% com ensino fundamental, 24% com ensino médio e 75,2% ensino superior. Em 2006, 77,8% desses professores declararam ter curso específico nessa área de conhecimento.

Mantoan (2005, p.26) configura a realidade atual do sistema de ensino:

Ainda há muitas barreiras a serem ultrapassadas para que a educação inclusiva seja de fato e de direito, uma conquista da educação brasileira. Embora esteja crescendo o número de matrículas desses alunos nas escolas comuns, estas precisam se mobilizar mais no sentido de compatibilizar suas intenções inclusivas com suas propostas de trabalho pedagógico e com o aprimoramento do processo educativo de todos os alunos.

No Brasil a educação inclusiva ainda é um processo recente, em desenvolvimento, somente a partir da década de 90 que aqui no Brasil começou a criar-se uma estrutura para implementação da educação inclusiva. Atualmente a inclusão escolar

é o tema que domina os debates sobre educação no Brasil e, felizmente vêm ganhando espaço na educação regular.

2.2 Políticas públicas e documentos legais que fundamentam a educação inclusiva

As primeiras leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, que fundamentaram o atendimento educacional para pessoas com deficiência, dedicaram poucos artigos em seus textos para educação dessas pessoas. A primeira LDBEN, que fundamentou o atendimento educacional para pessoas com deficiência foi a Lei nº 4.024/61, nessa lei há dois artigos dedicados as pessoas “excepcionais”, no seu artigo 88 declara que aos “excepcionais deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrar-se na comunidade” (BRASIL, 1961). Na lei, especificamente no artigo supracitado, deixa bem claro quem deve adaptar-se ao sistema regular de ensino são as pessoas com deficiência e não o contrário. Além de adequar-se ao “sistema geral de ensino”, nem todos os deficientes tinham direito de receber uma educação em uma escola regular, pois a própria lei diz “ se for possível” a integração acontece. Os alunos com deficiência poderiam estudar em escolas regulares se fossem capazes de acompanhar seus colegas não-deficientes, implicando em restrições de acesso de um aluno com deficiência ao mesmo ambiente com alunos sem deficiência.

Em 1971, a Lei nº 5.692/71, altera a LDBEN DE 1961, o termo “excepcionais” é retirado; nessa lei há somente um artigo dedicado a educação das pessoas com deficiência o art.9º que diz “Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial.”(BRASIL,1971). Não fica claro nesse artigo onde deve ser oferecido esse “tratamento especial” logo ficou a dúvida.

Em 1973, é criado pelo MEC, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, mas as ações assistencialistas continuaram a existir.

A nossa fundamental e suprema Lei a Constituição Federal de 1988 traz como uns de seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL,

1988). Referente à educação para as pessoas com deficiência é no Art.208 do capítulo III, que vem falando sobre atendimento educacional dos mesmos e diz que é dever do Estado garantir atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A palavra “preferencialmente” deixa brecha para que esse atendimento seja também oferecido em instituição especializada.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, dedica no seu texto – artigo 55 - uma pequena parte para o atendimento educacional especializado das pessoas com deficiência, na verdade o ECA reforça os dispositivos legais da Constituição Federal e acrescenta que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.” (BRASIL, 1990).

Em 1990 e 1994 dois documentos internacionais passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva no Brasil. O primeiro foi a Declaração Mundial de Educação para Todos, documento elaborado durante Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. O documento declara que as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas com deficiência requerem atenção especial. E fala também da garantia a igualdade de acesso à educação das pessoas com deficiência. O segundo documento muito famoso é a Declaração de Salamanca de 1994, trata-se de uma resolução das Nações Unidas adotada em Assembléia Geral, a qual apresenta os Procedimentos-Padrões das Nações Unidas para Equalização de Oportunidade para Pessoas com Deficiências.

A Declaração de Salamanca reafirma que:

“[...] o nosso compromisso com a Educação para Todos, reconhece a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e re-endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados.” (BRASIL, 2009).

Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo

ritmo que os alunos ditos normais” (p.19). Essa política mantém a responsabilidade da educação desses alunos exclusivamente no âmbito da educação especial.

A nossa atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), dedica um capítulo - V - inteiro para educação especial, no Art.58, a lei preconiza que educação especial, deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para os alunos com necessidades educacionais especiais; se necessário, deverá ter serviço de apoio especializado, na escola regular para atender as necessidades específicas dos alunos da educação especial; o atendimento educacional só não será feito na rede regular de ensino, caso o aluno não tenha condições específicas devido a sua deficiência, então o atendimento deve realizar-se em classes, escolas ou serviços especializados; os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegurar a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar; define, dentre as normas para a organização da educação básica, a possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado e também professores com especialização adequada e com capacidade de integrar os alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º determina que o sistema de ensino teve matricular todo tipo de alunos inclusive os com necessidades educacionais especiais, oferecendo a todos uma educação de qualidade. O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001 (BRASIL, 2001), amadurece a idéia de inclusão, pois segundo o plano o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana. A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, determina que as pessoas com deficiência tenham os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais. O Brasil é signatário desse documento que foi elaborado na Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa com Deficiência, celebrado em Guatemala. Esse documento é uma reinterpretção da LDBEN.

Augusta, Marillac e Mantoan (2007, p.31), diz:

A Convenção da Guatemala ainda complementa a LDBEN porque essa não contempla o direito de opção das pessoas com deficiência e de seus pais ou responsáveis, limitando-se a prever as situações em que se dará a Educação Especial, que normalmente, na prática, acontece por imposição da escola ou da rede de ensino.

Seguindo a trilha da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, aborda a formação de docente para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, através das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação.

Em 2003, o MEC cria o Programa Educação Inclusivo:

Direito à Diversidade. Esse programa tinha o objetivo “de disseminar a política de educação inclusiva nos municípios brasileiros e apoiar a formação de gestores e educadores para atuar como multiplicadores no processo de transformação do sistema educacional em sistema educacional inclusivo.” (BRASIL, 2005).

Em 2007, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação– PDE, implementado através da publicação do Decreto nº 6.094/2007, que estabelece nas diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas. A política pública mais recente para educação inclusiva no Brasil, tem como título no seu documento oficial “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, esse documento foi elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007, sob a coordenação da Secretaria de Educação Especial – SEESP/MEC. No mesmo documento são abordados os aspectos históricos e normativos da inclusão educacional; revelando o diagnóstico da Educação Especial no Brasil, através do censo escolar realizado pelo MEC/INEP nas escolas de educação básica anualmente.

“A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” tem como princípio, que todos os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tenham acesso, participação e a aprendizagem nas escolas regulares de ensino, lhes garantido atendimento

especializado, transversalidade na educação especial em todas as etapas do ensino, formação especializada para os professores e os demais funcionários da escola, participação da família e comunidade, acessibilidade e que esses alunos tenha a possibilidades de continuar sua escolarização nos níveis mais elevados.

O papel da educação especial nessa política pública é trabalhar em parceria com ensino comum, atendendo as especificidades de cada aluno com necessidades educacionais especiais. A educação especial também voltará as suas atenções para uma atuação mais ampla na escola, orientando a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas.

As diretrizes da “Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva” apontam a educação especial como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapa e modalidade de ensino e, realiza atendimento educacional especializado. O documento revela quais são as funções do atendimento educacional especializado (AEE): “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008). As atividades realizadas no atendimento educacional especializado são um complemento/ suplemento das atividades realizadas nas classes comuns, ou seja, os alunos com necessidades educacionais especiais estudarão em escolas comuns e no turno oposto receberão atendimento educacional especializado na própria escola ou em uma instituição especializada, logo as atividades realizadas nas classes comuns e no atendimento especializado serão diferentes, mais complementares uma da outra. As atividades realizadas no AEE são: disponibilização de programas de enriquecimento curricular, ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistiva. O AEE deve articular-se com a proposta pedagógica do ensino comum. Cada etapa de ensino receberá um AEE específico, levando em conta a especificidade de cada aluno com necessidades educacionais especiais. Os profissionais que atuarão no AEE terão conhecimentos específicos, como por exemplo, ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do Soroban, orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, comunicação alternativa, desenvolvimento dos processos mentais superiores e outros.

O sistema de ensino, que adotar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, deve dispor de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.

O professor que atuará na educação especial, além de ter uma formação inicial e continuada na área geral de docência, terá que ter conhecimentos específicos na área de educação especial.

O Atendimento Educacional Especializado é citado na Constituição Federal e em outros documentos oficiais, mais não era especificado exatamente de que se tratava e nessa recente política pública fica claro o que é exatamente AEE, seu papel na educação inclusiva. No dia 18 de setembro foi publicado Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado. Decretando que:

Art. 1º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

§ 1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. (BRASIL, 2008)

O AEE caracterizar-se pela não substituição do ensino regular mais sim como um complemento do mesmo. Um aluno com deficiência física dependendo do tipo e do grau de comprometimento precisará de um ambiente escolar que crie condições adequadas para sua “locomoção, comunicação, conforto e segurança”, logo o AEE - que deve ser ministrado preferencialmente na escolar regular -, realizará uma seleção de recursos e técnicas adequadas a cada tipo de comprometimento para o desempenho das atividades escolares. O objetivo é que o aluno tenha um AEE capaz de melhorar a sua comunicação e mobilidade.

O Decreto nº 6.571, diz o seguinte a respeito dos objetivos do AEE:

- I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referidos no art. 1º;
- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino. (BRASIL, 2008)

No Art. 3º do decreto supracitado, estabelece que “o Ministério da Educação prestará apoio técnico e financeiro às seguintes ações voltadas à oferta do atendimento educacional especializado.” O apoio técnico e financeiro do MEC, será utilizado para atender os objetivos do decreto, como implantação de salas de recursos multifuncionais; formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado; formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva; adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade; elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade e estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.

Embora existam citações sobre AEE desde Constituição de 1988, somente há pouco tempo ficou mais claro qual o objetivo exato do AEE na escola regular. E se for implementado conforme a “Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva” e o Decreto nº 6.571, trará um grande avanço para escolar regular que atendimento de pessoas com deficiência.

Esses documentos e políticas públicas para educação inclusiva mais recentes dão um tratamento muito positivo para o atendimento educacional de alunos com deficiência, mais tudo isso está no papel muita teoria e preciso verificar si tudo isso está sendo feito na prática, essa é a grande gestão a ser pensada.

3. DEFICIÊNCIA FÍSICA

A classificação ou expressão com a qual nos referimos às pessoas com deficiência, é algo muito complexo e deve ser proferido o mais correto possível para evitarmos termos incorretos. Os profissionais da educação precisam atualizar-se constantemente em relação ao termo correto ao se referir a uma pessoa com deficiência física, evitando assim o uso de termos discriminatórios. Sasaki (1997, p.1), afirma que é freqüente acharmos termos incorretos “em livros, revistas, jornais, programas de televisão e de rádio, apostilas, reuniões, palestras e aulas.”

A terminologia adotada no decorrer dos anos foi variada e Sasaki (1997), diz o seguinte sobre os termos usados ao longo dos anos:

Comecemos por deixar bem claro que jamais houve ou haverá um único termo correto, válido definitivamente em todos os tempos e espaços, ou seja, latitudinal e longitudinalmente. A razão disto reside no fato de que a cada época são utilizados termos cujo significado seja compatível com os valores vigentes em cada sociedade enquanto esta evolui em seu relacionamento com as pessoas que possuem este ou aquele tipo de deficiência.

A classificação adotada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) variou ao passar dos anos e evolui de acordo com a concepção sobre as pessoas com deficiência e conforme a saúde foi interagindo com as outras áreas do conhecimento. Em 1976, em uma Assembléia Geral da OMS, lançou a classificação denominada International Classification of Impairment, Disabilities and Handicaps (ICIDH), traduzida em português como Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID). A ICIDH segundo Bersch e Machado (2007, p.20), é baseada na trilogia impairment (deficiência), disability (incapacidade) e handicap (desvantagem):

A deficiência é entendida como uma manifestação corporal ou como perda de uma estrutura ou função do corpo; a incapacidade refere-se ao plano funcional, desempenho do indivíduo e a desvantagem diz respeito à condição social de prejuízo, resultante da deficiência e/ ou incapacidade.

Em 1997 surge a segunda classificação, a ICIDH2, baseada em outra trilogia deficiência, atividade e participação, mas o termo deficiência continua: o termo

atividade que dizer á uma execução propriamente dita de uma atividade do individuo e não a sua aptidão em realizá-la e o de participação é a interação entre o individuo e o ambiente.

Em 2001, a terceira classificação é lançada pela OMS, Intitulada International Classification of Functioning, disability and Health (ICF), traduzido em português, Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade ou Restrição e Saúde. Essa classificação surge devido a uma interação da saúde com as questões sociais. Bersch e Machado (2007, p.21), fala da colaboração das terminologias da OMS:

As terminologias da OMS colaboram no sentido de não concebermos a deficiência como algo fixado no indivíduo. Esta não pode sofrer uma naturalização de modo a negar os processos de evolução e de interação com a ambiente. A OMS, (...), não negou a deficiência, mas cumpre observar que a sua interação não é a de discriminação. Ela faz a diferenciação pela deficiência para conhecer quais as necessidades do indivíduo.

Alguns termos foram bastante usados durante muito tempo como: aleijado, defeituoso, incapacitado e inválido, segundo Sasaki (1997) essas palavras eram utilizadas com frequência até o final da década de 70. O termo deficiências físicas, para muitos tem um nome genérico que engloba todos os tipos de deficiência. O autor esclarece que “alguns profissionais não-pertencentes ao campo da reabilitação acreditam que as deficiências físicas são divididas em motoras, visuais, auditivas e mentais. Para eles, deficientes físicos são todas as pessoas que têm deficiência de qualquer tipo (SASSAKI, 1997, p.3), esta forma de entender não é correto, pois a deficiência física trata-se do comprometimento motor, logo o termo correto a ser utilizado nos casos que englobam as varias deficiências é deficiências e não “deficiências físicas”, outro termo utilizado é o de deficientes físicos que muitos referem a pessoas com qualquer tipo de deficiência, mais o correto é pessoas com deficiência que não especifica o tipo de deficiência. Um termo que já entrou em desuso foi “portador de deficiência”, a pessoa não porta a deficiência como se estivesse portando um objeto, pois quando uma pessoa porta um objeto ela pode deixar de portar o mesmo, pois a deficiência que a pessoa têm não é como coisas que às vezes porta e às vezes não porta, então o termo correto é pessoa com deficiência. Esse termo de acordo com Sasaki começou a ser utilizado na metade da década de 90, e permanece até os dias de hoje.

É importante esclarecer que o correto segundo Sussaki, é o uso do termo necessidades educacionais especiais e não necessidades educativas especiais.

A palavra educativa significa algo que educa. Ora, necessidades não educam; elas são educacionais, ou seja, concernentes à educação. O termo necessidades educacionais especiais foi adotado pelo Conselho Nacional de Educação (Resolução nº 2, de 11-9-01, com base no Parecer nº 17/2001, homologado em 15-8-01). (Sussaki, 1997, p.6).

O uso dos termos correto é importantíssimo para que não haja o reforço do preconceito, dos estigmas e dos estereótipos. Não só os profissionais da educação devem ter o conhecimento dos termos corretos quando se fala do campo da deficiência, mas a sociedade inteira precisa ser informada sobre o uso correto desses termos supracitados.

3.1 Conceitos e tipos de Deficiência Física

O Decreto nº 3.298 de 1999 (BRASIL, 1999, p.1), tem o seguinte conceito para deficiência e deficiência física:

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto considera-se:

I - deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

Art. 4º. I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

A deficiência física abrange uma variedade de condições não sensoriais que afetam o indivíduo em termos de mobilidade, de coordenação motora geral ou da fala, como decorrência de lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas, ou ainda, de má-formações congênitas ou adquiridas.

Bersch e Machado (2007, p.23) citam o conceito encontrado no documento “Salas de Recursos Multifuncionais. Espaço do Atendimento Educacional Especializado” publicado pelo Ministério da Educação:

A deficiência física se refere ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema Osteoarticular, o Sistema Muscular e o Sistema Nervoso. As doenças ou lesões que afetam quaisquer desses sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem produzir grandes limitações físicas de grau e gravidades variáveis, segundo os segmentos corporais afetados e o tipo de lesão ocorrida.

A deficiência física pode em muitos casos associar-se com privações sensoriais (visuais ou auditivas), deficiência mental, autismo, etc. por isso é importante que o professor responsável pelo atendimento de alunos com esse caso, tenha o conhecimento destas outras áreas. Mas se o aluno tem somente a deficiência física o professor precisa estar ciente de esse aluno não tem nenhum problema cognitivo. Só se o aluno tiver as duas deficiências associadas entre si deficiência física e a deficiência mental é que poderá vir a ter problema cognitivo. Existe também associação entre a deficiência física e os problemas de comunicação, como no caso de alunos com paralisia cerebral.

Os tipos de deficiência física são variados: paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida.

Essas são algumas definições para cada tipo de deficiência física:

- a) Amputação – é quando uma pessoa perde totalmente ou parcialmente um determinado membro ou segmento de membro;
- b) Paraplegia – é a perda total das funções motoras dos membros inferiores;
- c) Paraparesia – é a perda parcial das funções motoras dos membros inferiores;
- d) Monoplegia – é a perda total das funções motoras de um só membro (inferior ou superior);
- e) Monoparesia – é a perda parcial das funções motoras de um só membro (inferior ou superior);

- f) Tetraplegia - é a perda total das funções motoras dos membros inferiores e superiores;
- g) Tetraparesia – é a perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores;
- h) Triplegia – é a perda total das funções motoras em três membros;
- i) Triparesia – é a perda parcial das funções motoras em três membros;
- j) Hemiplegia – é a perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo);
- l) Hemiparesia – é a perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo);
- m) Ostomia – é uma intervenção cirúrgica que cria um ostoma (abertura, ostio) na parede abdominal para adaptação de bolsa de fezes e/ou urina; processo cirúrgico que visa à construção de um caminho alternativo e novo na eliminação de fezes e urina para o exterior do corpo humano (colostomia: ostoma intestinal; urostomia: desvio urinário);
- n) Nanismo – pessoas que tem uma deficiência acentuada no crescimento.
- o) Paralisia Cerebral – lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, tendo como consequência alterações psicomotoras, podendo ou não causar deficiência mental; é um termo utilizado para designar um conjunto complexo de distúrbios da motricidade voluntária, isto é, do controle dos movimentos, pois a parte do cérebro responsável por essas função é afetada; pode ou não estar associada a problemas visuais, auditivos, na fala e crises convulsivas; não é progressiva; as causas da paralisia cerebral são por fatores, pré, Peri e pós- natais:
- Pré-natais: ocorre no período da gestação da criança, devido a vários tipos de enfermidades como rubéola, toxoplasmose, citomegalia e sífilis, o uso de

drogas, hemorragias, exposição à radiação e incompatibilidade fator RH são também as causas nesse período.

- Peri-natais: complicações ocorridas durante o parto, como anóxia ou traumatismo cerebral, parto demorado ou difícil, prematuridade, infecções Peri-natais e outras.

- Pós-natais: as causas decorrente de traumatismos no crâneo-encefálicos, enfermidades como meningite, anóxia cerebral decorrente de asfixia, convulsões e A.V.C após o nascimento.

Existem na literatura diversas classificações quanto aos tipos de paralisia cerebral, a mais utilizada apresenta a paralisia cerebral em três:

- Espástica: são os tipos mais comuns, suas características são movimentos duros e difíceis, diminuição de força muscular, restrições na amplitude dos movimentos.

- Atetóide: movimentos involuntários e descontrolados, os movimentos involuntários são constantes em diferentes partes do corpo mesmo quando a pessoas tenta ficar imóvel.

- Atáxica: coordenação e equilíbrio ruins, dificuldades na percepção do espaço. A pessoa com esse tipo de paralisia cerebral apresenta dificuldade para sentar-se ou ficar de pé.

O documento produzido pela SEESP/MEC (BRASIL, 2006), intitulado “Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência física/neuromotora,” aborda três categorias de deficiência física seguindo as orientações de Wilson (1971):

- Deficiências Musculares e/ou Neuromusculares;
- Deformações ósseas;
- Limitação do vigor, da vitalidade e/ou da agilidade.

Deficiências Musculares e/ou Neuromusculares:

[...], consistem em fraqueza muscular, paralisia ou falta de coordenação, geralmente são designadas mais apropriadamente como neuro-musculares, uma vez que as dificuldades encontram-se mais freqüentemente nos centros e vias nervosas que comandam os músculos, do que nos músculos em si. (BRASIL,2006)

Deformações ósseas:

[...] afetam principalmente os membros superiores e inferiores, a espinha e as articulações. Tais deficiências prejudicam a criança no que se refere a andar, sentar, ficar em pé e usar as mãos. Podem ser congênitas, se a criança nasce com elas, ou adquiridas, sendo então resultado de doenças infecciosas, de disfunções relativas ao desenvolvimento ou de acidentes. Anormalidades nos pés e tornozelos são as mais comuns dentro do tipo congênito. O “pé torto”, deformação em que um ou ambos os pés são torcidos para dentro ou para fora, no tornozelo, ocorre com muita freqüência. (BRASIL, 2006)

Limitação do vigor, da vitalidade e/ou da agilidade:

Estes estados podem ser causados por doenças infecciosas e também por deficiências congênitas ou de desenvolvimento, que levam a uma invalidez permanente ou a longos períodos de recolhimento forçado ao leito. Outras doenças como o diabetes e a epilepsia, podem causar períodos freqüentes, porém curtos, de funcionamento inadequado. (BRASIL, 2006).

A deficiência física decorre de diversos fatores: fatores genéticos, fatores virais ou bacterianos, fatores neonatal, fatores traumáticos (especialmente os medulares). Dependendo do tipo de lesão, o grau de comprometimento físico varia, desde um grau muito elevado ao grau bem baixo não comprometendo a vida diária da pessoa com deficiência física, que pode levar uma vida independente e praticar atividades que qualquer pessoa sem deficiência física pratica.

3.2 Histórico

Nos séculos XVI e XVII, a deficiência física era associada à mitologia, e a bruxaria, logo as pessoas que algum tipos de deficiência física eram perseguidas, julgadas e presas, ou seja, eram completamente excluídas do convívio entre as pessoas ditas “normais”. Com a perda progressiva da força do feudalismo a idéia de integrar no sistema de produção essas pessoas veio à tona, logo a sociedade começou a adotar uma postura mais assistencialista em relação a essas pessoas com deficiência.

Na idade Média, as pessoas com deficiência física eram amparadas pelos senhores feudais, mais eram tidas e tratadas como doentes, às vezes encaravam

essas pessoas como se estivessem possuídas por demônio, mas também como seres divinos.

Na antiguidade as crianças eram mortas quando nasciam com má-formação ou doentes. As que sobreviviam eram abandonadas e ficavam a deriva da sorte ou eram utilizadas por pessoas pobres para pedir esmola. Em outros locais eram vistas como "possuídas pelo demônio" e que precisavam ser purificadas. Esse fato mascarava flagelos e humilhações.

Essa visão foi alterada com o Cristianismo que considerava que todos os homens são filhos de Deus e, portanto, possuidores de alma. Os cristãos acreditavam que somente Deus podia dar ou tirar a vida, tornando-se pecado qualquer ação contra a vida do homem. Sendo assim, os deficientes não podiam mais ser mortos, maltratados ou abandonados. Apesar disso, o confinamento e a segregação eram permitidos, visto que era suficiente, como ato caridoso ao deficiente, o alimento e o teto.

Esses rótulos produziram sentimentos como repugnância, piedade, segregação e isolamento a essas pessoas, fortalecendo e ratificando os preconceitos até os dias atuais. Dessa forma, as pessoas com deficiência mental, sensorial ou física encontram-se, desde antiguidade, a margem da sociedade. (SOUZA,2009,p.30)

Na Grécia, os heróis de guerra que se tornaram deficientes físicos, por causa de seqüelas da guerra, recebiam contribuições em dinheiro para viver, pois eram considerados inválidos, logo precisavam de ajuda financeira de terceiros para viver dignamente.

A Revolução Francesa com todos os seus ideais acabou trazendo uma repercussão mais consistente a respeito da educação dos "anormais" – nome dado as pessoas que tinham algum tipo de deficiência nessa época.

Souza (2009, p.41), diz o como eram vistos os deficientes físicos após a Revolução Francesa:

[...], a deficiência física foi vista pela primeira vez como assunto médico. As pessoas eram encaminhadas para instituições; estudavam e trabalhavam, mais ainda sem qualquer possibilidade de serem reintegrados à sociedade. São desse período inventos como as cadeiras de rodas, as bengalas, as muletas e as primeiras próteses.

As duas grandes guerras mundiais e a guerra do Vietnã deixaram como herança muitos soldados com alguma deficiência física, e a readaptação dos mesmos era

quase impossível. Esse fato levou ao surgimento dos movimentos de defesa a minoria.

Segundo Souza (2009,p.26), em sua tese de Doutorado:

No Brasil a atenção a pessoas com deficiência física só foi incorporada no século XVII. A autora afirma também que há registros que informam que desde 1600 havia atendimento escolar aos deficientes físicos, numa instituição especializada privada, que era ligada a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, em São Paulo. Souza explicita que as primeiras medidas educacionais voltadas para pessoas com deficiência física, ampliaram-se na década de 20, através do decreto-lei nº 7.870 A, de 15 de outubro de 1927, para o ensino primário.

Mazzotta (2005), diz que o atendimento especializado de caráter educativo para pessoas com deficiência física teve seu início no Brasil em São Paulo, na Santa Casa de Misericórdia. É possível de encontrar nos “arquivos da instituição registros indicando o movimento escolar no período de 01/08/1931 a 10/12/1932.” MAZZOTTA (1996, p.38).

Em 1932 foi criada outra classe especial estadual, na Escola Mista do Pavilhão Fernandinho; anos depois em 1950 e 1969, foram criadas mais duas classes especiais para pessoas com deficiência física, uma em cada um desses anos. Essa Escola Mista funcionava na Santa Casa de Misericórdia.

Outra instituição criada (1943) em São Paulo de mesmo caráter das anteriores, chamada de Lar-Escola São Francisco (LESF), foi considerada uma importante instituição especializada na reabilitação de deficientes físicos. Essa instituição existe até hoje e mantém convênio com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Em 1950 mais uma entidade privada sem fins lucrativos foi criada, a Associação de Assistência a Crianças Defeituosa, AACD, uma instituição especializada no atendimento de deficientes físicos não-sensoriais, também mantém convênio com Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Mazzotta (2005, p.42) diz o seguinte a respeito da instituição:

Alem de uma importante atuação junto às escolas publicas, a AACD mantém em seu Centro de Reabilitação um setor escolar que complementa o atendimento de pacientes da reabilitação que se encontram em idade escolar.

Segundo Mazzotta, o atendimento aos deficientes físicos teve início na Alemanha com a fundação de uma instituição encarregada de educar os “coxos” os manetes e os paralíticos.

Os deficientes físicos ao longo da história tiveram muitas conquistas, depois de um longo e tortuoso tempo de exclusão, segregação e marginalização. Mesmo depois dessas conquistas ainda é encontrado grandes obstáculos para a sua aceitação e participação na sociedade. Mesmo com todos os direitos conquistados o preconceito é muito grande e as dificuldades para as escolas comuns se adaptarem ao atendimento desses alunos é bastante grande. As barreiras arquitetônicas, falta de formação e informação de professores dentre outras são as grandes dificuldades a serem resolvidas para se oferecer uma educação inclusiva de plena qualidade.

Para serem aceitos na sociedade as pessoas com deficiência física tiveram diferentes tratamentos: na Antiguidade eram mortos ou abandonados, depois desse estágio essas pessoas eram acolhidas e protegidas, tempos depois a visão assistencialista deu lugar a integração, então os deficientes físicos passaram a se integrar na sociedade mais se adaptando as regras da mesma, mesmo com a integração os deficientes físicos ainda não tinham seus direitos efetivados, surge então à idéia de inclusão e várias políticas e documentos legais são elaborados para a defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

A história da educação para as pessoas com deficiência física pode ser dividida em quatro fases distintas:

Fase da exclusão, quando os deficientes físicos eram impedidos de freqüentar as escolas. A fase da segregação, quando as pessoas com deficiência física eram atendidas dentro das instituições especializadas. Também teve a fase da integração, para aqueles que tinham uma deficiência física moderada que fosse capaz de se adaptar ao ambiente escolar, pois o mesmo ambiente não sofria modificação alguma para receber alunos com deficiência. E por último a fase da inclusão, as escolas regulares teve que se modificar em todos os sentidos para poder receber alunos de variados tipos de deficiência física.

Hoje a inclusão das pessoas com deficiência física na sociedade é bastante expressiva, mas com muitos problemas. Na educação a inclusão dos deficientes físicos na rede regular de ensino aumentou em quantidade embora a qualidade seja bastante precária.

4. INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

Os princípios da inclusão escolar não se aplicam somente a inclusão de alunos com deficiência, mas a todos os alunos com ou sem deficiência. Na introdução desse trabalho, alguns conceitos foram citados e esses princípios ficaram claros. Nesse capítulo os atores principais na inclusão escolar na prática, serão os alunos com deficiência física (DF).

A inclusão está intrinsecamente relacionada à qualidade de ensino e a abertura da escola para todas as crianças. Isto quer dizer que apesar de relacionarmos inclusão à inserção de crianças com deficiências, as escolas inclusivas são aquelas onde todas as crianças são bem vindas: as crianças inteligentes, as que têm dificuldades de aprendizagens, problemas de comportamentos, as multi-repetentes, as crianças dos vários níveis econômicos, as crianças de diferentes credos religiosos, as crianças com condutas típicas, com distúrbios neurológicos, com alteração genética, as crianças aidéticas e assim por diante. (MELLI, 2001, p.17).

A escola inclusiva de qualidade não deve só atender as necessidades acadêmicas dos seus alunos, mas todos os aspectos desses alunos como a auto-estima, a interação social, a responsabilidade pessoal e coletiva, a independência e aceitação. O processo de inclusão escolar de pessoas com DF pode ser bastante complicado dependendo do tipo de DF, mais também pode ser feita através de algumas modificações no ambiente físico, nos materiais e equipamentos utilizados para a atividade escolar. Esse processo pode sim ser complexo, mas não impossível, se houver uma reestruturação em toda escola, dos recursos físicos aos recursos humanos, esse processo se tornará possível sim, mas se não houver um bom investimento financeiro essa tarefa se tornará impossível, pois a educação inclusiva não é econômica requer um bom investimento em dinheiro. A proposta de reestruturação escolar inclui os seguintes itens: Atendimento educacional especializado; Acessibilidade arquitetônica; Currículo adaptados; formação e conscientização dos profissionais da escola e a relação escola X família. Todos esses componentes são de fundamental importância para criar um ambiente inclusivo adequado, para o atendimento dos alunos com DF. Na seqüência será apresentado detalhadamente cada item necessário para uma escola regular atender de forma correta seus alunos com DF.

4.1 Atendimento Educacional Especializado

Os diversos tipos de deficiência física existente exigem que haja um estudo específico de cada um desses tipos e também um estudo das necessidades específicas de cada pessoa com deficiência física que estão inseridos no ensino regular.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) atuará como agente captador de recursos e técnicas adequados para cada tipo de necessidade escolar do aluno Deficiente físico. Esses alunos precisam de um ambiente escolar adequado para que eles possam se locomover e se comunicar, a seleção desses recursos e técnicas adequados será de responsabilidade do AEE.

Atendimentos Educacionais Especializados são recursos educacionais e estratégias de apoio e complementação colocados à disposição dos alunos com deficiências e condutas típicas, proporcionando diferentes alternativas de atendimento, de acordo com as necessidades educacionais especiais de cada aluno, representando procedimentos que são, necessariamente, diferentes do ensino escolar para melhor atender às especificidades desses alunos. (Minas Gerais,2005)

O oferecimento do AEE deve ser feito preferencialmente na própria escola regular, podendo utiliza-se dos recursos das tecnologias assistivas.

4.1.1 Tecnologia Assistiva

Um dos recursos para facilitar o atendimento educacional dos alunos com DF é o uso de Tecnologia Assistiva (TA). Esta ferramenta é de grande importância para proporcionar uma maior independência e autonomia para o aluno com DF. Mas o que é Tecnologia Asssistiva?A resposta a essa pergunta será através da definição de alguns conceitos.

Tecnologia assistiva é uma expressão utilizada para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, conseqüentemente, promover vida independente e inclusão. (BERSCH, 2007, p.31)

TA é toda e qualquer ferramenta ou recurso utilizado com a finalidade de proporcionar uma maior independência e autonomia à pessoa com deficiência. (GALVÃO FILHO, 2004, p.53)

A TA utiliza-se de recursos de “comunicação alternativa, de acessibilidade ao computador, de atividades da vida diária, de orientação e mobilidade, de adequação postural, de adaptação de veículos, órteses e próteses, entre outros”. (BRASIL, 2007, p.31)

Na escola o serviço de TA buscará ajudar nas dificuldades, dando alternativas para que os alunos participem e atuem de forma ativa em varias atividades.

Fazer TA na escola é buscar, com criatividade, uma alternativa para que o aluno realize o que deseje ou precisa. É encontrar uma estratégia para que ele possa fazer de outro jeito. É conhecer e criar novas alternativas para a comunicação, escrita, mobilidade, leitura, brincadeiras, artes, utilização de matérias escolares e pedagógicos, exploração e produção de temas através do computador, etc.É envolver o aluno ativamente, desafiando-se a experimentar e conhecer, permitindo que construa individual e coletivamente novos conhecimentos.(BERSCH,2007,p.31)

Para implementar a TA, a escola precisa fazer um diagnóstico juntamente com o aluno que tem a deficiência física, para saber quais são as suas necessidades e habilidades, fazendo essa descoberta, a escola pesquisará quais os recursos disponíveis para adquiri-los ou até mesmo criar na própria escola esses recursos. De posse desses recursos será preciso que o aluno faça uma experiência com os mesmos, para adaptar-se a esses recursos. Confirmada a adaptação aos recursos propostos, deve fornecê-lo ao aluno. Aproveitando assim as habilidades que os alunos com DF têm e, ampliando essas habilidades. O aluno com DF torna-se assim o protagonista na aquisição do conhecimento.

A seguir serão apresentadas algumas figuras de recursos que poderão ser muito útil durante a escolarização do aluno com DF, esses recursos podem ser caseiros construído pela própria escola, sendo os sofisticado adquiridos através de fabricantes especializados:



Figura 1 - Tesoura com mola (GALVÃO FILHO, 2009, p.159).

Essa tesoura tem uma abertura automática com uma adaptação para fixar na mão pode auxiliar alunos com limitações de coordenação motora fina, nas atividades escolares que precise recortar. (Figura 1)

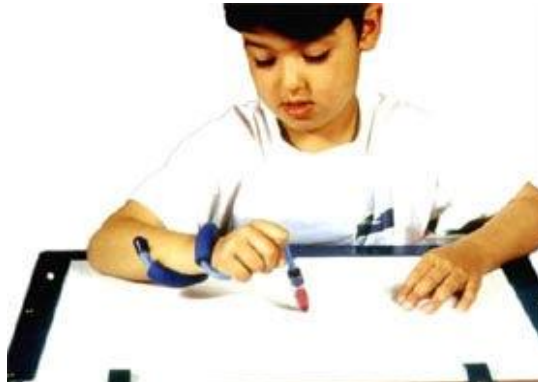


Figura 2 - Estabilizador de punho e adaptação para lápis. (GALVÃO FILHO, 2009, p.161)



Figura 3 - Lápis de cera. (GALVÃO FILHO, 2009, p.161)

O estabilizador ajuda na escrita e na pintura, o lápis de cera é para ser adaptado ao estabilizador de punho da figura 1. (Figuras 2 e 3)



Figura 4 - Adaptador para fixação de lápis. (GALVÃO FILHO, 2009, p.161)

Esse adaptador é colocado entre os dedos das mãos e ajuda aluno com limitação motora fina na hora da escrita. (Figura 4)



Figura 5 - Régua adaptada para facilitar a pressão e mantê-la estável. (GALVÃO FILHO, 2009, p.162)



Figura 6 - Engrossadores de espuma (GALVÃO FILHO, 2009, p.162)

Esses engrossadores são feitos de espuma encontrada em ferragens, que pode ser comprada a metro e serve para revestir lápis, pinceis, rolo para pintura e tubo de cola colorida para facilitar a pressão exercida pelo aluno quando pega esses objetos. (Figura 6)



Figura 7- Adaptador. (GALVÃO FILHO, 2009, p.178)

Ajudar alunos a usar o teclado do computador para fazer a digitação. Pessoa que tem dificuldade de controlar seus movimentos pode utilizar esse recurso. (Figura 7)



Figura 8 - Órtese para digitação, para pessoas que tem a mão amputada. (GALVÃO FILHO, 2009, p.178)



Figura 9 - Haste fixada na cabeça para digitação para alunos impossibilitados de usar as mãos. (GALVÃO FILHO, 2009, p.179)



Figura 10 – Mouse especial para pessoas com dificuldades de coordenação motora fina. (GALVÃO FILHO, 2009, p.184)

4.1.2 Comunicação Aumentativa e Alternativa – CAA

A CAA é um, recurso que pode ser implementado pelo AEE, para auxiliar na comunicação dos alunos com deficiência física que têm dificuldade em se comunicar através da fala ou da escrita, em especial os “paralisados cerebrais”.

O termo CAA pode ser encontrado em algumas literaturas como, comunicação ampliada e alternativa, comunicação suplementar e alternativa.

CAA é uma modalidade da TA, que traz alternativas de comunicação para compensar a incapacidade de algumas que pessoas tem para falar e escrever, ou seja, pessoas que tem distúrbios severos na comunicação.

A Comunicação Aumentativa e Alternativa – CAA é uma das áreas da TA que atende pessoas sem fala ou escrita funcional ou em defasagem entre sua necessidade comunicativa e sua habilidade em falar e/ou escrever. Busca, então, através da valorização de todas as formas expressivas do sujeito e da construção de recursos próprios desta metodologia, construir e ampliar sua via de expressão e compreensão. Recursos como as pranchas de comunicação, construídas com simbologia gráfica (desenhos representativos de idéias), letras ou palavras escritas, são utilizados pelo usuário da CAA para expressar seus questionamentos, desejos, sentimentos e entendimentos. A alta tecnologia nos permite também a utilização de vocalizadores (pranchas com produção de voz) ou do computador, com softwares específicos, garantindo grande eficiência na função comunicativa. Dessa forma, o aluno com deficiência, passa de uma situação de passividade para outra, a de ator ou de sujeito do seu processo de desenvolvimento. (BRASIL, 2007, p.58)

Os recursos da CAA de baixa tecnologia são:

- **Objetos reais:** os alunos podem solicitar esses objetos apontando para os mesmos, por exemplo, quando ele deseja utilizar um determinado objeto escolar ele aponta para esse objeto.
- **Miniaturas:** pode ser utilizado por alunos que apresentam dificuldade de reconhecer e significar símbolos gráficos.
- **Objetos parciais:** utilizado para substituir a representação de objetos muito grandes, por exemplo, utilizar o controle remoto para dizer que quer assistir TV.
- **Fotografias:** para representar objetos, pessoa, ações, lugares, sentimentos ou atividades. Fotografias de revistas, de livros e de rótulos de produtos podem ser utilizadas.
- **Símbolos gráficos:** existem uma variedade de símbolos gráficos, utilizados para confecção de pranchas e cartões de comunicação.
- **Pictográficos:** são desenhos parecidos com aquilo que desejamos simbolizar.
- **Arbitrários:** os desenhos não têm relação pictográfica entre a forma e aquilo que desejar simbolizar.
- **Ideográficos:** são desenhos que simbolizam a idéia de uma coisa, criam uma associação gráfica entre o símbolo e o conceito que ele representa.
- **Compostos:** grupos agrupados de símbolos para representar objetos ou idéias.

Vejamos exemplos de alguns recursos de CAA de baixa tecnologia:



Figura 11 – Blissymbolics. (CLIK, 2009)

Símbolos são compostos de um número pequeno de formas chamadas de "elementos simbólicos". Seguindo um sistema lógico estes elementos básicos são usados em várias combinações para representar milhares de significados. (Figura 11)



Figura 12 - Pranchas construídas com os símbolos PCS (Picture Symbols Communication) (BRASIL, 2007, p.62)

É um sistema simbólico composto por aproximadamente 8.000 que representam uma grande variedade de vocábulos. Esses símbolos gráficos representam mensagens. (Figura 12)



Figura 13 - PIC - Pictogram Ideogram Communication (sistema basicamente pictográfico). (BRASIL, 2007, p.62)

Constituído de desenhos estilizados em branco sobre o fundo preto. (Figura 13)

Recursos de alta tecnologia utilizados na CAA:

- **Vocalizadores:** são recursos mais sofisticados que contem as pranchas de comunicação com voz.
- **Computador:** os computadores podem também se transformar em potentes recursos de comunicação, com vocabulário ilimitado.
- **Softwares gratuitos:** existe o **Comunique** e o **teclado Comunique** que são gratuitos



Figura 14 –Vocalizador GoTalk (é um gravador de voz e necessita acesso direto em suas teclas).
(CLIK, 2009)

É um recurso eletrônico de gravação/reprodução que ajuda a comunicação das pessoas em seu dia-a-dia. Através dele, seu usuário expressa pensamentos, sentimentos e desejos pressionando uma mensagem adequada pré-gravada. As mensagens são acessadas por teclas sobre as quais são colocadas imagens (fotos, símbolos, figuras) ou palavras, que correspondem ao conteúdo sonoro gravado. (Figura 14)

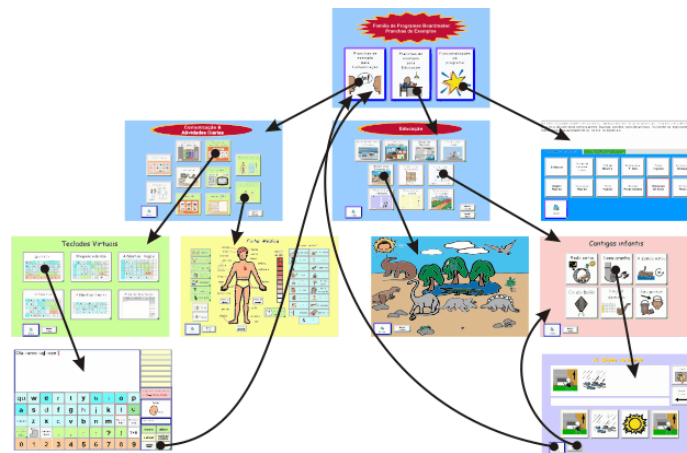


Figura 15 - Software Speaking Dynamically Pro – SDP. (CLIK, 2009)

Transforma o computador em um eficaz recurso de educação e de comunicação alternativa. É um programa fácil de usar, permitindo criar inúmeras e ricas atividades interativas educacionais e de comunicação com acessibilidade total. (Figura 15)

4.2 Acessibilidade Arquitetônica

Toda escola que tem alunos com DF deve promover aos mesmos, um ambiente acessível, eliminando todas as barreiras arquitetônicas, adequando assim os espaços para receber seus alunos com DF. Para promover um ambiente acessível, a escola pode ter como base os princípios do Desenho Universal e a Lei nº 5.296 de 2004, esse decreto “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências”. (BRASIL, 2004)

A Lei 5.296/04 seguintes conceitos:

Acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

Desenho universal: concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade. (BRASIL, 2004)

O direito de acessibilidade espacial é garantido às pessoas com deficiência. E as pessoas com DF devem ter conhecimento a respeito desses direitos, para exigir da escola um ambiente acessível.

Art. 24. Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

§ 1º Para a concessão de autorização de funcionamento, de abertura ou renovação de curso pelo Poder Público, o estabelecimento de ensino deverá comprovar que:

I - está cumprindo as regras de acessibilidade arquitetônica, urbanística e na comunicação e informação previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica ou neste Decreto;

II - coloca à disposição de professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida ajudas técnicas que permitam o acesso às atividades escolares e

administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas;
e

III - seu ordenamento interno contém normas sobre o tratamento a ser dispensado a professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, bem como as respectivas sanções pelo descumprimento dessas normas. (BRASIL, 2004)

Para garantir um ambiente acessível aos seus alunos, a escola inclusiva deve concluir uma parceria com os profissionais da arquitetura e engenharia, fazendo juntamente com esses profissionais uma análise das condições do ambiente e verificando quais as necessidades específicas de cada aluno com DF. Pois o estudo detalhado das necessidades do ambiente escolar é imprescindível, para adequar seus espaços já construídos e possibilitar a construção de novos projetos escolares com base em desenhos acessíveis.

A seguir, algumas modificações nos recursos físicos da escola sugeridos pela Secretaria de Educação Especial (Seesp) /MEC:

- Colocação de corrimões próximos a bebedouros, assentos dos banheiros e a lousa.
- Remoção de cadeiras, de forma a possibilitar a passagem de cadeira de rodas, ou facilitar a locomoção de alunos com moletas.
- Modificação, no mobiliário, de forma a promover maior conforto a crianças que usam tipóia, orteses e próteses.
- Tapetes antiderrapantes, nas áreas escorregadias.
- Portas largas.

Outras adaptações podem ser feitas para assegurar o acesso e a movimentação pela escola, como por exemplo:

[...] situar a cadeira do aluno com DF perto da porta para facilitar a entrada e a saída, ampliar os espaços de passagem e possibilitar o acesso e o alcance dos objetos e dos mecanismos (interruptores de luz, trincos de armários e portas, etc.).

Colocar o quadro de forma acessível, baixando sua altura e suprimindo estrados.

Não se pode esquecer-se de habilitar estantes ou mesinhas de apoio de fácil acesso autônomo, para colocar e guardar materiais, livros e jogos. (Martin, Jáuregui e López, 2004, p.42).

Adaptações para vasos sanitários: redutores e estabilizadores de troncos. Suportes para a banheira, duchas, barras estabilizadoras, válvulas monocomando, sinais de avisos.

A escola inclusiva deve promover para seus alunos com DF um ambiente onde os mesmos possam chegar alcançar, manipular tudo o que é necessário para ir adquirindo consciência de poder interferir no meio.

4.3 Currículo Adaptado

O currículo utilizado em uma escola inclusiva, que atende alunos com DF, deve abranger todo tipo de aluno, e ser um currículo flexível a constantes adaptações, para atender às necessidades dos alunos, e proporcionar aos mesmos potencialidades e capacidades. Deve respeitar as limitações físicas, visuais, auditivas, intelectuais, etc.

A escola inclusiva pode sim adotar um currículo que siga uma base nacional comum, mas com adaptações de acordo com as características de cada aluno, essas adaptações podem ocorrer através do uso de “recursos ou técnicas especiais”. Esse currículo não deve centrar-se somente nas limitações do aluno com DF, limitando seu desenvolvimento e impedindo os mesmos de adquirir habilidades que os tornem mais independentes.

Historicamente, os alunos com necessidades educacionais especiais que freqüentavam escolas especiais tinham um currículo essencialmente baseado em suas áreas de dificuldade, no que poderíamos designar por um currículo terapêutico ou habilitativo. Esta concentração no “modelo do déficit” originou uma concepção restrita e estreita do currículo, e tem sido apontada como responsável por privar os alunos de oportunidades de aprendizagem que os poderiam capacitar a assumir uma maior autonomia. O excessivo foco nas capacidades em “déficit” retirou o enfoque às áreas que poderiam ter sido mais trabalhadas para a autonomia. (RODRIGUES, 2006, p.313)

O ideal seria que a adaptação curricular fosse uma tarefa do coletivo da escola. Professores, alunos, diretores, coordenadores, todos devem e podem contribuir para criação de um currículo inovador que tenha como foco a diversidade de cada aluno e ajude no desenvolvimento e na aprendizagem de todos. De acordo com as

propostas do MEC, as adaptações curriculares são alterações de conteúdos, estratégias ou de metodologias.

A flexibilização e a adaptação no currículo é citado no Art.8º da Resolução CNE/CEB nº 2, que "Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica":

III – flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória; (BRASIL, 2001)

O currículo da escola inclusiva deve ser comum a todos, mais flexível as características específicas de cada aluno. Se a escola preferir não elaborar um novo currículo, pelo menos deve tornar esse currículo já existente, mas dinâmico, flexível, aberto para atender as necessidades educacionais de seus alunos, deixando de lado a concepção uniforme e homogeneizadora do currículo.

4.4 Formação de professores

Outro aspecto fundamental para se ter uma escola inclusiva de qualidade é possuir membros do corpo docente preparados para atender todo tipo de aluno. Como a escola inclusiva atende também alunos DF, o professor deve ter uma capacitação/formação para adaptar suas práticas pedagógicas de acordo com as necessidades educacionais desses alunos.

É preciso também que todo o corpo docente esteja consciente da importância de se educar alunos com NEE; esses profissionais têm que perceber que esses alunos têm o direito de frequentar uma escola regular, e que sua deficiência não pode ser uma barreira que o impeça de frequentar uma classe regular.

O processo de sensibilização e aperfeiçoamento dos profissionais da escola deverá propiciar a interação de adultos com experiências bem sucedidas em suas vidas pessoais e profissionais, a fim de desmistificar tabus, e a troca de experiências práticas, proporcionando, dessa forma, ações pedagógicas realistas no que

concerne ao “ viver” e “fazer” do deficiente físico. Essa ação é incentivada na Declaração de Salamanca, também relacionada diretamente à formação pessoal e profissional do aluno com deficiência física. (Brasil, 2006, p.26)

E quem pode fazer esse papel de conscientização são os órgãos públicos responsáveis pela gestão e regulação da educação no Brasil, através de campanhas e cursos nacionais sobre a importância da inclusão escolar de alunos com NEE, nas escolas regulares. Essas campanhas e cursos devem mostrar o quanto é benéfico para os alunos com NEE estarem incluídos em uma escola onde eles poderão interagir com todo tipo de pessoas, e essa interação ajudará não só no desenvolvimento desses alunos, mas dos outros também.

Atualmente, há uma tendência mundial de reconhecer os benefícios que uma escola inclusiva traz para todos os alunos. Nessas escolas, as crianças aprendem umas com as outras. Crianças sem deficiência aprendem a reconhecer e valorizar as diferenças entre seus colegas. Crianças com deficiência aprendem a conviver e a lidar com a deficiência em um ambiente novo, fora do círculo familiar ao qual estão acostumados. Essa convivência vai trazer muitos benefícios para seu futuro, pois a escola, como um recurso da comunidade, representa a sociedade tal como ela é. (Paula, 2007, p.10)

A conscientização pode ser um dos aspectos da formação desses profissionais da educação. A formação inicial e continuada é essencial para todo e qualquer professor (a), mesmo quem não trabalha em escola inclusiva e se trabalha a formação é mais que essencial é fundamental e obrigatória.

O tipo de formação para o profissional que atende alunos com NEE, é específica na área de educação inclusiva. No caso do educador que tem alunos DF na classe, deverá ter em sua capacitação conhecimentos gerais sobre o que é educação inclusiva e conhecimentos específicos em deficiência física – o que é deficiência física, como lidar e educar alunos DF, como atender as necessidades educacionais desses alunos, etc.

[...], na formação do professor seria importante prever, inicialmente, um preparo de efetiva qualidade para lidar com a diversidade, além de (in)formação específica em educação especial, no curso de formação inicial (magistério) e na graduação (pedagogia) para prover os apoios pedagógicos previstos na legislação.(DENARI, 2006, p.39)

O sistema de ensino deve garantir aos docentes que atendem alunos com NEE, uma formação contínua, aliando teoria e prática que possibilite também aos mesmos condições adequadas como uso de seu horário de trabalho para estudos. Essa formação devem conter conteúdos que irão ajudar na prática desses docentes.

A formação do professor para atuar com alunos com necessidades educacionais especiais deve priorizar o resgate do caráter educacional de seu atendimento, livrando-se, desse modo, da herança assistencialista e/ou médico-pedagógica (também denominada de clínica) que persistentemente tem acompanhado o fazer pedagógico de profissionais que atuam em educação especial. Para isso é preciso garantir que os cursos de formação se sustentem em bases teóricas cuja tônica recaia sobre o “saber e o fazer” dos professores, ou seja, sobre práticas pedagógicas que visem assegurar a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais. (PRIETO, 2003, p.148)

A Resolução CNE/CEB nº2, que “institui as Diretrizes para Educação Especial na Educação Básica”, considera dois tipos de profissionais/professores capazes de atuar em classes comuns que tenha alunos com NEE. Um tipo é o professor titular que atende a todos os seus alunos da classe, e sua formação e de nível médio ou superior, e que nos conteúdos de sua formação tenha sido incluídos conteúdos sobre educação especial, ou seja, deve ter conhecimento sobre educação especial adquirido durante sua formação. O outro tipo é o professor especializado em educação especial:

Aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados ao atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. (BRASIL, 2001, p.3)

A Resolução supracitada prevê que esses professores tenham formação em nível superior. O ideal é que esses professores que atuam com alunos com NEE tenham uma formação específica em educação especial somada à formação em nível superior e continuada. E as habilidades que poderão adquirir são: saber fazer o uso da tecnologia da informação e da comunicação; elaborar e executar projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares; desenvolver hábitos de colaboração e de trabalho em equipe; ter conhecimento sobre o tipo da deficiência do seu aluno; ter conhecimento em acessibilidade; conhecer o histórico e as políticas em

educação inclusiva; avaliar continuamente sua prática pedagógica; saber criar métodos avaliativos que levem em conta as diversidades de cada aluno; fazer adaptações curriculares; estabelecer uma relação de troca com os familiares de seus alunos; trabalhar com turmas heterogênicas e exercer sua prática com qualidade; utilizar métodos pedagógicos reeducativos, reabilitativos ou compensatórios, bem como técnicas e materiais didáticos apropriados ao estilo de aprendizagem dos alunos com deficiência.

Os programas de formação inicial deverão favorecer a todos os estudantes de pedagogia, do ensino primário ou secundário, uma orientação positiva sobre a deficiência, que permita entender o que se pode conseguir nas escolas, com o suporte dos serviços de apoio disponíveis. O conhecimento e habilidades requeridas dizem respeito principalmente à boa prática de ensino e incluem a avaliação de necessidades especiais, adaptação do conteúdo curricular, utilização de tecnologia de assistência, individualização de procedimentos de ensino, para atender a um maior número de aptidões, etc. (BRASIL,2006, P.28)

Em relação aos outros agentes escolares (diretores, coordenadores e funcionários), devem receber uma boa capacitação específica em educação inclusiva/especial, muitas das habilidades adquiridas pelos professores podem ser adquiridas também por esses agentes escolares. É claro que a formação dos professores é muito mais intensa, mas é indispensável para esses profissionais a aquisição de conhecimentos básicos sobre inclusão escolar, especialmente a inclusão de alunos com deficiência.

4.5 Relação Escola X Família

É fundamental que os familiares dos alunos deficientes físicos, tenham uma boa relação de trocas com a escola. A relação dos profissionais da escola com os pais desses alunos deve ser de cooperação. Os objetivos a serem alcançados e as decisões a serem tomadas em relação ao aluno com DF devem ser discutidas entre todos envolvidos, alunos, escola e família. As famílias devem estar presentes em todos os momentos escolares de seus filhos, participando de decisões, buscando e lutando pelos os direitos dos seus filhos, buscando sempre da escola um atendimento de qualidade para os mesmo. Mas a família também tem a tarefa de colaborar com a escola, uma dessas tarefas é não relegar somente a escola o papel de educar e instruir seus filhos, a família em parceria com a escola deve

desempenhar esse papel também. Quando a família e a escola atuarem em parcerias poderão dar aos alunos com NEE as melhores oportunidades para o desenvolvimento das suas capacidades, quaisquer que sejam suas limitações

É preciso também que as escolas abram espaços para acolher os familiares de seus alunos DF, para que família e escola possam ser co-autoras das decisões administrativas e pedagógicas, o que acaba favorecendo e facilitando a educação dos alunos com deficiência física. A escola deve buscar na família elementos que facilite a inclusão dos seus alunos DF.

Devemos ressaltar o papel do professor nesse contexto familiar como sendo de fundamental importância, pois esse será a ponte entre o aluno e família, transmitindo confiança, segurança, dando acolhimento e, por meio de um processo gradativo, conscientizando os pais a respeito, do valor e da importância da família para o desenvolvimento psicossocial dos filhos, e em particular do filho especial. (Brasil, 2006,p.53)

A família é o primeiro grupo social aonde muitos dos seres humanos formam sua base de desenvolvimento em todos os sentidos. E quando em uma família encontra-se alguém com deficiência, esse alguém necessita muito que sua família esteja sempre ao seu lado auxiliando na melhoria de seu desenvolvimento. Como membros extremamente importantes, a família deve estar presente também na vida educacional do indivíduo com deficiência, trocando experiências, dialogando constantemente com a escola, para que juntas contribuam para o atendimento educacional dos alunos com deficiência. Tanto a família como a escola devem ter consciência da importância dessa parceria.

Considerações finais

Concluo este trabalho monográfico, com a seguinte certeza que a inclusão escolar de pessoas com deficiência física, requer uma mudança geral na estrutura do sistema regular de ensino.

A primeira mudança é por em prática as políticas públicas e os documentos legais relativo ao atendimento educacional das pessoas com deficiência. Nos dois últimos séculos XX e XXI, intensificou-se a elaboração de documento que fundamentam a educação inclusiva para pessoas com necessidades educacionais especiais no Brasil e no mundo. No mundo a preocupação em oferecer educação formal a pessoas com deficiência começou bem antes se comparada ao Brasil. No Brasil essa preocupação é algo recente. Primeiro começou com atendimento assistencialista, somente anos depois começou a falar-se em um atendimento educacional formal nas escolas regulares.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, já citava o atendimento educacional das pessoas com deficiência. Na própria Constituição Federal de 1989, já é declarado que o atendimento educacional das pessoas com deficiência é dever do Estado, mas não fala da obrigatoriedade da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino.

A Constituição contribuiu e contribui para construção de documentos legais que fundamentam a educação inclusiva. No Brasil a política pública mais recente elaborada pelo ministério da educação é a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, essa política foi aprovada em 2007, e tem como um dos seus princípios a participação e a aprendizagem de todos os alunos com deficiência na escola regular, e esse sistema deve garantir atendimento especializado, transversalidade na educação espacial em todas as etapas do ensino, formação especializada para os professores e os demais funcionários da escola, participação da família e comunidade e acessibilidade.

A segunda mudança a ser adotada é o investimento financeiro, pois é preciso investir um valor em dinheiro muito grande, para tornar o sistema regular de ensino um espaço inclusivo para todo tipo de aluno. Com a ajuda financeira em mãos o sistema regular de ensino poderá investir em acessibilidade, formação de professores e demais funcionários, implementar salas de recursos multifuncionais, oferecimento de atendimento educacional especializado e tanto outros recursos.

A inclusão escolar de pessoas com necessidade educacional especial é de grande benefício para seu desenvolvimento. Se a escola oferecer toda uma estrutura que atenda as necessidades de cada um de seus alunos seu desenvolvimento será ainda maior.

A escola inclusiva de verdade adota práticas que levam em conta a diversidade encontrada em cada aluno, é uma escola desprovida de preconceitos, onde todos atuam em união mútua, os profissionais são capacitados, existem recursos didático pedagógico disponível, sua estrutura física é adequada para a movimentação e circulação de seus alunos com deficiência.

A educação inclusiva de qualidade existente na literatura é um processo muito complexo e extremamente desafiador, pois exige um envolvimento de um grupo de pessoas comprometidas e que acreditem na possível inclusão escolar. É preciso que essa educação inclusiva existente na teoria se concretize na prática, e beneficie não só os alunos com deficiência, mas a todos envolvidos nesse processo.

Este trabalho ajudou a entender quais as características básicas de como deve funcionar a escola inclusiva. Muito é preciso ainda pesquisa para encontrar elementos, recursos e idéias, para entender melhor as características fundamentais para ser ter uma escola inclusiva plena de muita qualidade. O que foi apresentado nesse trabalho foram os recursos básicos que devem ser adotados pelo sistema regular de ensino para atender seus alunos com NEE.

Os objetivos propostos para elaboração desse trabalho foram todos atingidos, pois a grande dúvida era saber quais as práticas adotadas pela rede regular de ensino para um bom atendimento de alunos com NEE. Essa dúvida foi esclarecida pelo menos pela autora desse trabalho, é claro que existem muitas outras práticas que podem ser adotadas pela escola regular que não foram citadas nesse trabalho. Mas as práticas essenciais e básicas foram sim abordadas nesse trabalho monográfico. Por isso concluo que os objetivos foram atingidos.

Acredito que para minha formação como educadora, esse trabalho ajudou muito, pois através da pesquisa realizada para elaborá-lo pude entender melhor o que é educação inclusiva de verdade e todo esse conteúdo adquirido durante a elaboração desse trabalho serviu não só para minha formação como educadora, mas também para minha prática com educadora, pude entender para que o educador seja preciso conhecer a fundo a inclusão escolar como ela realmente deve ser. E só um estudo

bastante detalhado e continuo ajudará a todos envolvidos com a educação inclusiva a realiza de forma adequada sua prática com qualidade.

Referências

BARTALOTTI, C.C. **Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidade**. São Paulo. Paulus, 2006.

BERSCH, Rita; MACHADO Rosângela. **Conhecendo o aluno com deficiência física**. Atendimento Educacional Especializado. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

BEYER, H.O. **A educação inclusiva: incompletudes escolares e perspectivas de ação**. Caderno de Educação Especial. Santa Maria, v.2, n.22, 2003.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**.

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03>. Acesso em: 20 set. 2009.

BRASIL. **Decreto-lei n. 5296**, de 2 de dezembro de 2004. Lei de acessibilidade.

Disponível em:< <http://www.acessobrasil.org.br/index.php?itemid=43>>. Acesso em 05 nov.2009.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente – ECA**. Lei nº 8.069/1990.

Disponível em: <[http:// www.planalto.gov.br/ccivil-03/LEIS](http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/LEIS)>. Acesso 16 set.2009.

BRASIL. **Lei nº 4.024/61**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao>>.

Acesso 15 set.2009.

BRASIL. **Lei nº 5.692/71**. Disponível em: <<http://www.conteudoescola.com.br/site>>.

Acesso 15 set. 2009. Ministério da Educação.

BRASIL, Ministério da Educação - **Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso 16 set. 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação**

Inclusiva. nº. 555, de 5 de junho de 2007. Inclusão: Revista da Educação Especial/Secretaria de Educação Especial - Brasília, v.4, n.1, 2008.

BRASIL. **Lei n. 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Brasília: Senado Federal, 1961. Disponível em: < <http://www6.senado.gov.gov.br/legislacao/Lista>>. Acesso em: 15 set. 2009.

BRASIL, **Lei 5692**, de 11 de agosto de 1971. Estabelece Diretrizes e Bases para a educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 agosto. 1971.

BRASIL, Minas Gerais. **ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**. Secretaria de estado de educação de minas gerais. Disponível em: www.apaeminas.org.br/arquivo.phtml?a=10473>. Acesso em: 27out. 2009.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas**. [2.ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.(Série : Saberes e práticas da inclusão).

BRENNAN, W. K. (1990). Curriculum for Special Needs. England: Milton Keynes

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CONCEIÇÃO, Ligia Nascimento. **Crianças e jovens Portadoras de Necessidades educativas especiais institucionalizados: um estudo sobre suas interpretações em relação as praticas sócio-educativas para a reinserção social**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2006.

CORREIA, Luis de Miranda. **Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares**. Portugal. Porto editora/1999.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva: do que estamos falando? **Revista Educação Especial**, Rio Grande do Sul, n.26, 2005. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce>>. Acesso em: 20 mar.2009.

CLIK. Tecnologia assistiva. Disponível em: <<http://www.clik.com.br/>>. Acesso em 05 nov.2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3. ed. rev. e atual. Curitiba, PR: Positivo, 2004. 2120 páginas.

FOULQUIÉ, Paul. **Dicionário da língua pedagógica**. Lisboa: Livros Horizontes, c1971. 395p.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **Tecnologia assistiva para uma escola inclusiva [recurso eletrônico]: apropriação, demanda e perspectivas**. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2009.

JANNUZZI, G. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

JESUS, Saul Neves de; MARTIN, Maria Helena. **Práticas educativas para a construção de uma escola inclusiva**, Revista Educação Especial, Rio Grande do Sul, n.18, 2001. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2001/02/a2.htm>. Acesso 20 mar. 2009.

MARTÍN, M.C.; JÁUREGUI, M.V.G.; LÓPEZ, M.L.S. **Incapacidade motora: orientações para adaptar a escola**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAZZOTTA, M.J. da S.A. **Educação Especial no Brasil: historia e políticas publicas**. 5º Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **HISTÓRIA, DEFICIÊNCIA E EDUCAÇÃO ESPECIAL**. Disponível em < <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista>> Acesso em: 02 set. 2009.

MONTOAN, Maria Teresa Egler. **Caminhos pedagógicos da inclusão: como estamos implementando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras**. – São Paulo: Memnon, 2001.

MRECH, Leny Magalhães. **O QUE É EDUCAÇÃO INCLUSIVA?** Disponível em: <<http://www.educacaoonline.pro.br>>. Acesso em 26 agos. 2009

PAULA, Ana Rita de. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva.** Brasília: MEC/Secretaria da Educação Especial, 2007.

RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: um meio de construir escolas para todos no século XXI.** Inclusão: Revista da Educação Especial/Secretaria de Educação Especial - Brasília, n.1, 2005.

SASSAKI, R.K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro. WVA, 1997.

SCHIRMER, Carolina R et al. Deficiência Física. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

SILVA, Geisimar do Nascimento. **O Deficiente Físico na Educação Física escolar: Uma Proposta de Inclusão.** Disponível em: <<http://www.cev.org.br/biblioteca>>. Acesso 03 out. 2009

SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Educação Especial do século XIX ao início do século XX: Cuidar e Educar para Civilizar.** Tese de Doutorado – Universidade Federal Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2009.

STAINBACK, S; STAINBACK, W. **Inclusão: Um guia para educadores.** Trad. Magda França Lopes. – Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

UNICEF. **Declaração Mundial de Educação para todos.** Disponível em. <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso 16 set. 2009

